

Trauma e dessubjetivação¹

Mario Pablo Fuks

Resumo O conceito psicanalítico de trauma psíquico, e os seus desdobramentos, permitem analisar os efeitos na subjetividade individual e coletiva dos regimes totalitários e o terrorismo de Estado assim como sua “herança” na fase histórica subsequente. Os processos de dessubjetivação resultam da internalização da violência e a instalação da recusa, por falência das instâncias de reconhecimento e apelação. Destaca-se o valor dos atos de resistência e do acolhimento afetivo e simbólico das vítimas, assim como a reparação do tecido subjetivo individual, familiar e social através do restabelecimento da confiança, da rememoração, da experiência do testemunho e dos atos de justiça pondo fim à impunidade.

Palavras-chave trauma psíquico; recusa; outro fiador; catástrofe; reparação; testemunho.

Mario Pablo Fuks é psicanalista e psiquiatra, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso de Psicanálise, coordenador do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea e integrante do Grupo Psicanálise e Contemporaneidade desse Departamento.

¹ Trabalho apresentado em 29 maio 2010 no evento sobre “Herança e Transmissão: Trauma e Narrativas nos Espelhos da Cultura”, organizado pelo Grupo de Psicanálise e Contemporaneidade, do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Publicado, em primeira versão, na revista digital *in Tolerância* n. 1, Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, LEIUSP, São Paulo, 2010, e no *Boletim Online* n. 13, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, 2010.

O trauma psíquico

As situações traumáticas se caracterizam pela emergência de um montante importante de angústia real, devida a acontecimentos que implicam uma ameaça para a vida da pessoa e uma fonte de enorme sofrimento psíquico. O efeito traumático é produzido pelo excedente de angústia não passível de simbolização e não representável por meio da palavra. Sendo transbordadas as defesas, uma angústia automática, catastrófica, avassala o eu, impondo um estado de estupor, paralisia, inermidade, desvalimento e desamparo. Impõe-se um padecimento impossível de suportar, incompreensível, impensável e indizível.

Não podendo ser transformadas em representações suscetíveis de recalçamento, as impressões traumáticas ficam submetidas à compulsão de repetição, podendo alcançar certa figurabilidade através de sonhos penosos, que reproduzem a situação, e de vivências de vigília de tipo alucinatório, por meio das quais se tenta restaurar as barreiras para excitações. Diante da impossibilidade inicial e duradoura de apropriar-se do acontecimento na produção de um sentido, o acontecimento não pode ser introjetado – no sentido ferenciano do termo –, o que inviabiliza sua inscrição psíquica. O psiquismo se defende por meio da clivagem. A impossibilidade de introjeção e a clivagem das marcas da situação traumática determinam a formação de lacunas psíquicas, que podem ser concebidas como “não lugares”. Algo parecido com a amnésia lacunar no plano da memória, mas que remete, não ao recalque, e sim ao não inscrito, ao bloqueio dos processos de simbolização – o que também se manifesta nas falhas da relação com



*muito se apreendeu a partir
da clínica e da teorização
dos casos de abuso
sexual infantil*

a realidade e da produção de sentido, em um não fluir do tempo, na fragilização da continuidade e da ipseidade, no não saber, por momentos, quem sou, ou se estou vivo ou morto.

O material da lacuna, não processado, ativa-se por situações que corresponderiam ao tempo da ressignificação, no caso de um trauma neurótico em dois tempos², porém produzindo sintomatologia de borda, de desfecho penoso, e de certo modo novamente traumático.

Muito se apreendeu a partir da clínica e da teorização dos casos de abuso sexual infantil. O papel jogado pelo outro e pelos outros adquire, a partir dessas pesquisas, um lugar preponderante na conceitualização do trauma, deslocando para um segundo plano o fator quantitativo. Nessas situações traumáticas de abuso, a imposição da submissão corporal, a cumplicidade forçada, a transgressão de normas, o desconcerto e a humilhação induzem, em conjunto, a vivências confusionais em que é difícil estabelecer a diferença entre dentro e fora. Este estado se caracteriza por uma percepção sem consciência e por uma sensorialidade sem registro representacional. As vítimas parecem não se lembrar da aproximação abusiva e tentam se convencer de que não aconteceu³.

Se conseguirem revelar o ocorrido para outro adulto, e se esse adulto puder reconhecer o vivido, abre-se a possibilidade, para as crianças, de dar sentido ao acontecimento e introjetá-lo. Para isso é preciso contar com o investimento libidinal do outro, de um adulto capaz de empatia, de se sintonizar com as angústias infantis.

Para Ferenczi e para os analistas que deram continuidade à sua linha de trabalho, o impacto patógeno principal no trauma advém

deste segundo tempo, de recusa da realidade dos fatos por parte do objeto de confiança⁴. Se o entorno, necessário como fiador da vivência, responde com indiferença, não acolhe e ratifica os fatos, ignora-os ou os desmente parcialmente, culpabilizando a vítima, tornando-a a suspeita e desvalorizando-a, o acontecimento não será passível de um registro que possibilite sua elaboração. Isso toca a questão da impunidade e seu efeito – o estado trágico de solidão desamparada da vítima – diante da ausência de instâncias confiáveis de reconhecimento e apelação.

Há um ponto nuclear em relação ao papel do outro na gênese e na manutenção da vida psíquica e da subjetividade. O outro materno não apenas faz possível a vida do recém-nascido com a resposta a seu chamado, acudindo-o com a ação específica para satisfazer a necessidade. Cria-o como semelhante por meio do investimento libidinal, tornando possível a construção de um envelope narcísico que será fundamental para o sentimento de existência e continuidade. Oferece-se como objeto de amor, registra, nomeia e valida suas vivências, instala a confiança na relação de objeto.

Constituímos nosso eu, sua imagem, sua forma e seu valor a partir do olhar do outro, do outro em sentido amplo. O outro materno cumpre uma função de acolhimento e validação nessa experiência de autorreconhecimento que constitui a identificação com a imagem especular. Ponto de apoio para a instauração do supereu, este estará sobredeterminado pela herança arcaica da figura ou, mais precisamente, do olhar do pai despótico da horda primordial⁵, onipotente no poder de reconhecer ou ignorar, constituir ou destituir, valorizar ou desvalorizar, incluir ou excluir da horda, sendo decisivo para o destino de sobrevivência ou de aniquilação: nos agrupamentos humanos primitivos, a expulsão da tribo pode significar por si só uma condenação à morte. Este parece ser um núcleo duro presente no mais íntimo do psiquismo individual e coletivo, lugar de uma ambivalência nodal entre qualquer consistência identitária e essa mesma instância, exterior ou interior, de potencialidade aterrorizadora e destrutiva. Toda fragilização ou

ruptura dos laços sociais nos deixa mais expostos a sua ação destruidora.

Os traumas históricos afetam invariavelmente a autoconservação e a autopreservação identitária. Quanto mais adverso é o contexto relacional, maiores são a impossibilidade elaborativa, a clivagem e a instauração de defesas de tipo incorporativo. Frequentemente a autoconservação carrega como preço o sacrifício da autopreservação identitária, resultando na submissão a uma identificação com o agressor⁶.

Totalitarismo e catástrofe

Essa lógica complexa do traumático se magnifica nas catástrofes sociais históricas. Seu conhecimento pareceria ter sido a base da estratégia desenvolvida por todas as estruturas totalitárias e, no que nos toca de perto, pelas ditaduras latinoamericanas. Os traumas naturais e as enfermidades tendem a solidarizar o conjunto social. Os regimes totalitários o fragmentam para melhor controlá-lo e massificá-lo. O que se buscou nas ditaduras locais foi uma homogeneização massificante através do terror. Seu objetivo foi operar a limpeza ideológica, silenciar todo discurso crítico e todo dissenso político.

Justificando-se no combate à violência, o Estado criou a violência. Transgrediu a lei e a ordem. Impôs um medo sinistro, a ameaça de um perigo catastrófico, ao mesmo tempo que produzia um discurso centrado na paranoia e na culpa coletiva, que atormenta de fora e de dentro, promovendo processos de autodepuração.

A brutalidade exercida sobre as vítimas operou um efeito multiplicador sobre a totalidade do

2 S. Freud (1895), "La próton-pseudos histérica", p. 400.

3 L. Barbero Fuks (2008), "Consequências do abuso sexual infantil".

4 M. M. A. Moreno (2009), *Trauma: o avesso da memória*.

5 S. Freud (1921), "Psicología de las masas y análisis del Yo".

6 S. Bleichmar (2005), "Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas".

7 V. A. Galli (1987), "A clínica psicanalítica durante e depois do terrorismo de Estado".

8 M. Viñar (2007), "Violencia política extrema y transmisión intergeneracional".

demolir o outro é arrancá-lo
de si mesmo, destruir toda
resistência que seja indício de um
pensamento que lhe pertence

tecido social. Buscou produzir vivências impossíveis de compartilhar, que não pudessem ser faladas, que anulassem toda possibilidade de significação ancorada sobre marcas de experiências de vida, projetos e valores referidos ao conjunto social, decretados como inadmissíveis⁷. Fabricou uma representação imaginária desse conjunto como se se tratasse de um corpo orgânico, biológico, ameaçado por seres estranhos e infecciosos, que pretendiam contaminá-lo e destruí-lo e que deviam ser aniquilados.

Marcelo Viñar afirma que, em seu modo de operar, a tortura vai muito além da crueldade e do mau trato físico e moral ao detento. Está cuidadosamente desenhada para destruir a constelação identificatória que constituiu, até então, a singularidade de um sujeito⁸. Em trabalhos que deixaram uma marca decisiva na elaboração teórica e na abordagem clínica, ele produziu o conceito de "demolição subjetiva". Demolir o outro é arrancá-lo de si mesmo, destruir toda resistência que seja indício de um pensamento que lhe pertence; é introduzir-se compulsivamente no mais recôndito e quebrá-lo, destruir algo que é mais profundo que seu pensamento, que é o núcleo de sua intimidade e de sua identidade. Em tudo isso é difícil encontrar a justificativa alegada – desde os tempos da repressão colonial sobre os movimentos de liberação – de obter informação, de obrigar a falar. A tortura é usada para produzir o silêncio.

Proibiu-se a associação em grupos, isolou-se o indivíduo, destruíram-se os vínculos. Mas o que se impunha, em primeiro lugar, era o silêncio, a ordem a obedecer era a de calar-se. Procurou-se promover novas concepções e valores na vida social. Recusar a existência de conflitos sociais.





*o papel do Sedes foi fundamental
para mim e para meus colegas
argentinos, como grupo
de acolhimento e reciprocidade*

Entregar-se ao efeito anestésico do consumo. Anular todo sentimento de empatia com o sofrimento do outro, cultivar um cinismo pragmático. Convalidar a impunidade. Esquecer o passado, desinformar os filhos, obturar suas perguntas. Mentir, recalcar, recusar. Mecanismos que se usaram também para acobertar a difusão da corrupção no manejo dos negócios privados e da coisa pública.

Heranças, transmissão e resistência

Na subjetividade dos filhos, esses fatos que afetam as figuras parentais como referência valorativa e identitária tornam-se inelaboráveis devido à impossibilidade de esclarecê-los ou de comunicá-los, não só pela proibição de tratar deles, mas principalmente pela vergonha que produzem. Isso afetará também a transmissão geracional ulterior. Nicolas Abraham e Maria Torok⁹ mostraram como a tendência à dissociação e à recusa originada na vergonha conduz à formação de certas inclusões tópicas paralelas denominadas “criptas”. Essas criptas contêm, incorporadas, tanto as marcas dos acontecimentos recusados, quanto os pensamentos e afetos que não puderam ser formulados ou abreagidos pelo sujeito; os gritos, protestos e impugnações sufocados e os prantos que tiveram que ser engolidos, e cuja recusa se reforça através de fantasias de incorporação. Os espaços crípticos funcionam como lacunas psíquicas no discurso, como não lugares, influenciando inclusive a geração subsequente, sobredeterminando sintomas inexplicáveis, fenômenos alucinatórios isolados ou episódios delirantes impossíveis de reconstituir na análise,

a menos que se faça um trabalho sistemático de rememoração familiar ou grupal conjunta¹⁰.

A estratégia política sustentada pela resistência contra a ditadura foi desmontar a distorção da verdade, opor-se ao esquecimento, unir-se, desafiar a repressão, encontrar aliados, dentro e fora do país, e criar dispositivos que permitissem transcender o trauma das perdas devastadoras e reencontrar a alegria ante vitórias muitas vezes pequenas, mas reconfortantes, na reconstrução de espaços mais humanos. Principalmente falar. Solidarizar-se com as vítimas, ouvir a dor, resgatar a dignidade.

O Instituto Sedes Sapientiae foi um desses espaços de resistência¹¹. Em plena ditadura, conseguiu albergar encontros organizativos para a defesa de presos e sequestrados; um lugar em que se podia pensar e falar, mesmo que fosse em surdina. Um lugar em que se podia superar a vivência do indizível, transmitir, intercambiar, fazer chegar denúncias ao exterior; e pôr, dessa maneira, um limite ao poder, começar a liberar-se da cultura do medo. Madre Cristina pode ser vista, em um filme gravado no comício das Diretas Já, dirigindo para a multidão as seguintes palavras: “Fala, Brasil! Fala com o voto! Fala denunciando os culpáveis, fala para que recebam o castigo que merecem!” E foi ovacionada.

O papel do Sedes foi fundamental para mim e para meus colegas argentinos, como grupo de acolhimento e reciprocidade. O exilado trata de elaborar, com as referências que traz consigo, algum sentido ligado a sua história pessoal. Concede-lhe, às vezes, a forma de um destino. No meu caso, os vínculos fortíssimos de solidariedade e amizade, que pude estabelecer com outros exilados, me faziam recordar uma palavra que meu pai usava em alguns encontros casuais, com certas pessoas frente às quais lhe sobrevinha uma afetividade e uma expressividade pouco conhecidas por mim: eram os *schifs-bridder*, os irmãos de navio, daquele navio em que haviam vindo da Europa para a América.

Lembrando disso, percebi também o sentido metafórico da expressão “estar no mesmo barco”: no Sedes, encontrei companheiros que “estavam

no mesmo barco”, com os quais foi possível unir-me para juntos iniciarmos outra etapa de nossa história, uma etapa que tinha continuidade com a anterior, mas que era nova.

Para o cuidado das vítimas e de suas famílias foi fundamental a constituição de grupos solidários, que incluíram psicanalistas. Grupos que visavam possibilitar a recuperação da confiança e proporcionar um acolhimento afetivo que, ao falar sobre o acontecido, as tornasse aptas a reconstruir o revestimento narcísico necessário à salvaguarda do eu de uma lembrança traumática¹².

Muitos dos trabalhos sobre a problemática da representação da catástrofe, especialmente a partir da literatura testemunhal sobre os campos de concentração, iniciam-se com uma afirmação bem dramática: não é possível narrar o terror, ele é irrepresentável, inenarrável. Primo Levi dizia que nossa língua não possui palavras para expressar a ofensa que significa a aniquilação de um homem. Ao mesmo tempo, é imperioso fazê-lo. Viñar afirma que quem viveu o horror tem que percorrer um difícil caminho de ressignificação que torne narrável sua experiência. Por muito tempo o sobrevivente desses traumas não consegue pensar. Só lambe suas feridas numa queixa interminável. Só poderá pensar caso se torne um narrador dessa experiência. E o narrador precisa de uma testemunha que o reconheça¹³. Estamos na mesma linha de Miriam Chnaiderman, quando a cineasta explica o que procura fazer com seus filmes. Propiciar, através

»
*Primo Levi dizia que nossa língua
não possui palavras para expressar
a ofensa que significa
a aniquilação de um homem*

do depoimento, uma quebra do assujeitamento da vítima à situação traumática.

Todas as situações e ações institucionais, sociais, clínicas – em que o narrador e a testemunha se façam presentes e a fala aconteça – têm um efeito de reparação simbólica, psíquica e social, pacificando a dor, abrindo novas vias para a elaboração.

No campo da justiça, a possibilidade de testemunhar se transforma em um direito que dá um respaldo fundamental para a passagem do sofrimento íntimo privado para o reconhecimento público, através de um ato de palavra que desemboca na produção de um ato de justiça¹⁴. Essa passagem é reparatória porque restitui ao menos uma parte da trama interna e intersubjetiva que foi lesada pelo trauma. Quando se efetiva um ato de justiça, abrem-se recursos novos para a elaboração do trauma histórico, tanto para a vítima como para a comunidade. Torna-se possível sair do estado jurídico danoso de falência das instâncias de apelação de efeito tão traumatogênico, gerado e perpetuado pela impunidade¹⁵.

René Kaës afirma que não há luto estritamente privado, porque, embora qualquer trabalho de luto envolva a intimidade e a singularidade de cada sujeito, ele se dá sempre sobre uma inscrição coletiva, social, cultural ou religiosa. Para isso estão os rituais e os enunciados sobre a origem, sobre a morte ou sobre a relação entre gerações, que servem de apoio para o trabalho do luto. Só que certas figuras da morte – a do assassinato, a do desaparecimento de pessoas – não podem ser tratadas pela psique como um luto normal. Implicam também a espécie, os vínculos genealógicos, os conjuntos

9 N. Abraham e M. Torok (1987), *A casca e o núcleo*.

10 S. Tisseron (1997), *El psiquismo ante la prueba de las generaciones*.

11 R. Cytrynowicz e M. Cytrynowicz (2006), *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*.

12 N. Caro Hollander (2000), *El amor en los tiempos del odio – Psicología de la liberación en América Latina*.

13 M. Viñar, *op. cit.*, mimeo, p. 11.

14 Em 29 abr. 2010, o STF rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão da Lei da Anistia (Lei n. 6683/79), mantendo o perdão aos representantes do Estado acusados de praticar atos de tortura durante o regime militar, em decisão que contraria o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

15 G. Guillis e Equipo de Salud Mental-CELS, *“El concepto de reparación simbólica en el contexto jurídico del sistema interamericano”*.



os relatos de vários desses sobreviventes mostram como eles vão mais além do trabalho de rememoração e processamento das marcas dos traumas

transubjetivos, ou seja, os fundamentos narcisistas da continuidade da vida mesma¹⁶.

Poder começar a falar das perdas, pensar na morte dos seres queridos, possibilitará dar processamento a lutos que haviam ficado congelados. Inventar ritos íntimos de passagem da vida para a morte, e da morte para a vida, assim como outras formas de figuração, instaura a dimensão simbólica no fluir da existência. Instaura uma posição ética: a que se expressa pela vergonha e pela culpa dos sobreviventes.

Entretanto, os relatos de vários desses sobreviventes mostram como eles vão mais além do trabalho de rememoração e processamento das marcas dos traumas. Recriam-se a si mesmos através da escrita, da criação literária, teatral, da ação política em saúde mental, fundamentalmente na relação com os outros em práticas coletivas que incidem sobre a realidade e a transformam. Recriam-se como narradores e constituem um grupo em seu entorno, uma comunidade de ouvintes. No dizer de Kaës:

Uma rememoração compartilhada e comunicada é necessária para o esforço requerido para a criação da história. Para que essa experiência ocorra é necessário que se estabeleça a confiança. O traumatismo sofrido nas catástrofes sociais destrói a confiança e, pior ainda, transforma suas vítimas em estrangeiras de uma história da qual não podem apropriar-se¹⁷.

Trauma e subjetividade contemporânea

O que acontece com as novas gerações? As novas gerações não conheceram o terror militar. Nasceram e cresceram, ou estão crescendo, dentro

de um marco democrático que implicou grandes momentos de construção da cidadania que contribuíram para o restabelecimento da confiança – momentos como o das Diretas Já ou do processo coletivo que derivou no *impeachment*.

Conheceram algo do terror econômico, mas também nesse terreno se produziram avanços que garantiram períodos prolongados de estabilidade. Entretanto coube a eles viver, como todos nós, os efeitos do mundo neoliberal, cheio de mazelas e ilusões de papel machê. O laço social que predomina hoje está ancorado subjetivamente no fetichismo consumista, no fascínio midiático e na recusa tecnologizada da dor e do sofrimento. Acrescenta-se a esse quadro uma modalidade de gestão tecnocrática indiferente e desafetada no que se refere à chamada “questão humana”¹⁸ assim como processos de medicalização crescente, de impacto igualmente dessubjetivante.

Um dos traços peculiares desse tipo de gestão da subjetividade coletiva é que prescinde de toda temporalidade e de toda história. Tudo isso sobre o pano de fundo de uma exclusão social que se começa a debelar, não sem dificuldades, e um grau crescente de violência cotidiana que tem, por momentos, toda a cara de uma herança ditatorial não resolvida.

Torna-se urgente, desse ponto de vista, um trabalho de reconstrução da memória e de historicização que dê apoio à transmissão geracional e que seja, ao mesmo tempo, um fator de resistência contra a opressão dessas novas formas do poder.

Uma das questões que estão em jogo – e que esse contexto social tende a facilitar –, é uma redução do que se costuma denominar como “vida interior”, assim com uma retração e um empobrecimento da intersubjetividade que lhe é inerente. Em *Infância e História*, Giorgio Agamben¹⁹ nos lembra que, já em 1933, Walter Benjamin havia diagnosticado com precisão essa “pobreza da experiência” da época moderna; assinalava as causas da catástrofe na guerra mundial, de cujos campos da batalha

as pessoas regressavam emudecidas... não mais ricas e sim mais pobres em experiências compartilháveis...

Porque jamais houvera experiências tão desmentidas como as estratégicas pela guerra de trincheiras, as econômicas pela inflação, as corporais pela fome, as morais pelo tirano. Uma geração que havia ido à escola em bondes puxados por cavalos, estava de pé sob o céu numa paisagem na qual somente as nuvens continuavam sendo iguais e em cujo centro, num campo de forças de correntes destrutivas e explosões, estava o frágil e minúsculo corpo humano²⁰.

Contudo – continua Agamben – “hoje sabemos que, para efetuar a destruição da experiência não se necessita em absoluto de uma catástrofe; basta perfeitamente para isso a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade”.

Ouvindo o relato do primeiro dos *Sobreviventes* entrevistados no filme de Miriam Chnaiderman²¹, que se transforma em narrador e testemunha do massacre do Carandiru²², perguntei-me o seguinte: não aparece de novo, em seu relato, a figura desse frágil e minúsculo corpo humano do texto de Benjamin, submetido agora, em sua nua concretude, a todo tipo de humilhações e crueldades? E esse mesmo corpo não é o que reaparece, anos depois, nas fotografias que vazaram de Abu Ghraib? Mas que corpo é esse?

16 R. Kaës (1991), “Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria. Notas para una investigación”, p. 160.

17 R. Kaës, *op. cit.*, p. 162.

18 Referência ao filme “A questão humana” (França, 2007), dirigido por Nicolas Klotz e premiado na Mostra de Cinema de São Paulo do mesmo ano.

19 G. Agamben (2007), *Infancia e Historia*, Traducción Silvio Mattoni, p. 8.

20 W. Benjamin *apud* G. Agamben, *op. cit.* (2007).

21 M. Chnaiderman e R. Pinheiro, *Sobreviventes*. Documentário, 2008. 52 min. DVCAM.

22 Elio Ferreira, autor de assalto, foi condenado a prisão de 5 anos e 4 meses em regime semiaberto, sofrendo no entanto reclusão no Carandiru. Durante a invasão da PM, foi ferido de bala no peito, mas pôde sobreviver escondido entre os corpos de companheiros mortos. Relata também haver sido submetido, junto aos outros presidiários, a experiências humilhantes, tais como serem obrigados a ficar todos nus e a encenar contatos sexuais entre eles.

23 G. Agamben (2002), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. I. P. Endo, “O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu”.

24 Responsável pela invasão da Polícia Militar de São Paulo ao Complexo Penitenciário do Carandiru em 1992. Acusado de homicídio, é condenado, em junho de 2001, por 102 das 111 mortes. Julgado recurso por Órgão Especial do TJ de São Paulo, em 16 jun. 2006, há revisão do falho condenatório por conter equívoco, sendo em consequência absolvido.

»
existem traumas e traumas.

É o que explica com toda lucidez

Elio Ferreira, nosso narrador

É um corpo sobre o qual não pousam nem as normas estabelecidas pelas leis internacionais de guerra, nem os dispositivos que regulam a convivência coletiva numa sociedade democrática. É o corpo do *homo sacer*, da “vida nua”²³.

Existem traumas e traumas. É o que explica com toda lucidez Elio Ferreira, nosso narrador. “Todo mundo tem um fracasso na vida. Eu fiz uma besteira e fui parar na cadeia, condenado a cinco anos de reclusão em regime semiaberto”. Um fato penoso, algo duro de engolir, de elaborar. Mas só quando entra na prisão é que começa “a desgraça”. “Desgraça” é a palavra que, em seu relato, designa o trauma maior, o da catástrofe social, o trauma histórico.

A desgraça começou quando entrou na Penitenciária do Carandiru, porque a norma estabelecida pela lei – reclusão em regime semiaberto – não se cumpria, nem para ele nem para muitos outros. Em lugares assim, em espaços em que, ao que parece, está suspensa toda lei e toda norma em referência a essa mesma lei – o que Agamben chama de “estado de exceção” – em um espaço assim, tudo pode acontecer. E aconteceu. E, pelo que vem aparecendo nos jornais, volta a acontecer, dia sim, dia não. A palavra que designa hoje, no discurso cotidiano do poder disciplinar, na cidade em que vivemos, o indivíduo que pode ser tratado como *homo sacer* é a palavra “vagabundo”. Com um “vagabundo”, qualquer policial militar, chame-se Coronel Ubiratan Guimarães²⁴ ou como quer que se chame, pode fazer “soberanamente” o que bem entender. Pode matá-lo se for o caso, um por um como costuma acontecer, ou cento e onze de uma vez como aconteceu, por “desgraça”, aquela vez no Carandiru.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1987/1995). *A casca e o núcleo*. Trad. Maria José R. Faria Coracini. São Paulo: Escuta.
- Agamben G. (2007). *Infancia e Historia*. Trad. Silvio Mattoni. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, p. 8.
- _____. (2002) *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Edições UFMG.
- Bleichmar S. (2005). Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In D. Waissbrot et al. *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, p. 35-51.
- Caro Hollander N. (2000). *El amor en los tiempos del odio – Psicología de la liberación en América Latina*. Trad. Arturo Firpo. Buenos Aires: Homo Sapiens.
- Chnaiderman M.; Pinheiro R. *Sobreviventes*. Documentário, 2008. 52 min. DVCAM.
- Cytrynowicz R.; Cytrynowicz M. (2006). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.
- Endo P. (2005). O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu. Trabalho apresentado no IV Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise. São Paulo, nov. 2005.
- Freud S. (1895/1996). La proton pseudos histérica. In Proyecto de psicología, *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. I, p. 400.
- _____. (1921/1996). Psicología de las masas y análisis del Yo. In *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XVIII, p. 67-136.
- Fuks L. B. (2008). Consequências do abuso sexual infantil. In *Narcisismo e vínculos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 185-217.
- Guilis G. e Equipo de Salud Mental-CELS. (2005). El concepto de reparación simbólica en el contexto jurídico del sistema interamericano. Trabalho apresentado no IV Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise, São Paulo, nov. 2005.
- Kaës R. (1991). Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria. Notas para una investigación. In J. Y. Puget; R. Kaës (orgs.). *Violencia de Estado y Psicoanálisis*. Trad. Janine Puget. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 160.
- _____. O Intermediário na Abordagem Psicanalítica da Cultura, *Psicologia USP*, 2003, 14(3), 15-33.
- Klotz N. (2007). *A questão humana*. Longa-metragem, França, 2007. Premiado na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo do mesmo ano.
- Moreno M. M. A. (2009). *Trauma: o avesso da memória*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 168 p.
- Tisseron S. (1997). *El psiquismo ante la prueba de las generaciones*. Trad. Mirta Segoviano. Buenos Aires: Amorrortu.
- Viñar M. (2007). *Violencia Política Extrema y Transmisión Intergeneracional*. Conferência em Fondation de Nant Laussana y Vevey.

Trauma and desubjectivation

Abstract The psychoanalytic concept of psychic trauma allows us to analyze the effects that totalitarian regimes and state terrorism have on individual and collective subjectivity, as well as its “heritage” in the next historical period. The internalization of violence, aggravated by disavowal and the failure of any recognition or appeal, leads to important processes of desubjectivation. In this context, acts of resistance and acts of affective and symbolic shelter to the victims become relevant. Restablishing trust, remembering, promoting the experience of testimony as well as the acts of justice that put an end to impunity can, thus, atone individual, familial and social subjective tissue.

Keywords Psychic trauma; disavowal; catastrophe; atonement; testimony.

Recebido em: julho de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.